

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

CPI do TSE no forno

Depois das 30 assinaturas para a CPI dos Institutos de Pesquisa, o senador Marcos do Val (Podemos-ES) busca assinaturas para a CPI do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele pede que se investigue as circunstâncias da demissão de Alexandre Machado da Corte e ainda o imbróglio das inserções — se houve ou não houve falhas na atuação do TSE.

2023 promete

Marcos do Val começará a coletar as assinaturas ainda hoje. A aposta é a de que, passadas as eleições, a ala bolsonarista pressionará por essa CPI, independentemente do resultado. Se não der para sair agora, os senadores aliados a Bolsonaro que assumem em fevereiro do ano que vem voltarão à carga.

Abstenção, a variável X

Depois da abstenção ter sido apontada pelo PT como o principal fator para Lula não ter vencido no primeiro turno, esse fantasma volta a assombrar. É que, no Nordeste, havia uma mobilização das campanhas de deputados estaduais e federais para obrigar as prefeituras a disponibilizar transporte. Agora, essa mobilização de parlamentares arrisca não ser tão grande assim.

Pau que dá em Chico...

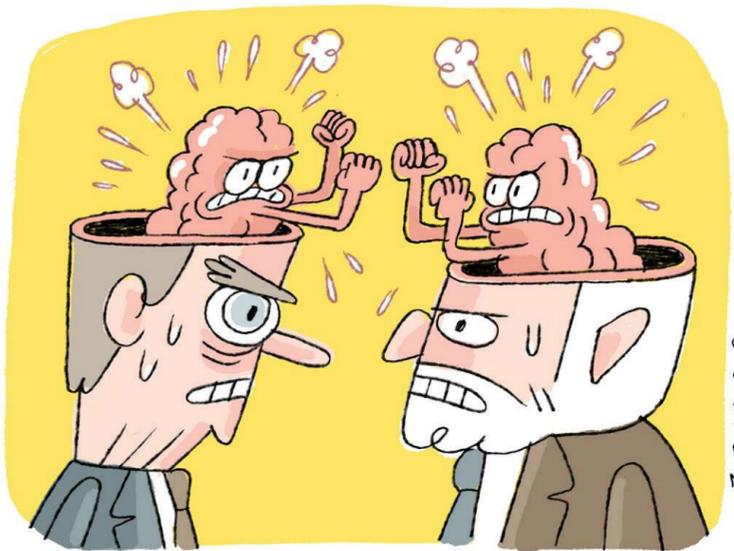
... dá em Francisco. A campanha de Bolsonaro está preocupada com o feriado do servidor público. É que muitas repartições transferiram o feriado para segunda-feira, o que arrisca afastar o eleitor do Distrito Federal, por exemplo, já amanhã, e juntando até a próxima terça-feira, o feriado de Finados. Tem gente planejando “enforçar” a próxima semana.

Quem perder as estribeiras...

...arrisca perder a eleição. Este é o espírito das duas campanhas, neste segundo turno, para o debate desta noite. Os aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se mostram mais preocupadas com o emocional do que qualquer outro aspecto. Nesse fator, porém, os petistas, que precisam de menos votos para chegar aos 50% mais um — diante dos 48,2% dos votos válidos obtidos no primeiro turno, trabalham o emocional do petista, dizendo que se ele empatar, está tudo certo. Seus aliados se mostram preocupados, por exemplo, com a irritação que ele tem demonstrado quando perguntado

sobre mensalão, petrolão ou ser chamado de “ex-presidiário”. Nesse sentido, estão preparando Lula para revidar, de forma a virar o jogo.

A equipe de Bolsonaro, por sua vez, considera que o presidente se saiu melhor do que o petista no debate da Band e vai preparado para chamar Lula de “fujão”, por causa da ausência a dois encontros entre os candidatos, o do pool SBT/CNN com outros veículos de mídia, e o da Rede Record. As duas campanhas estão tratando este último debate como a chance de aumentar a tranquilidade para o pleito de domingo. Mas, tranquilo mesmo, um dos dois só ficara depois de conhecido o resultado da eleição, na noite do dia 30.



CURTIDAS

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Simone na plateia/ A senadora Simone Tebet (MDB-MS, **foto**) confirmou presença na plateia da Rede Globo, hoje, para acompanhar Lula. Para muitos, é sinal de que ela não recusará um convite para o governo, caso o petista seja eleito no domingo.

Por falar em Lula.../ O ex-presidente anda aplicado nas entrevistas que concede. Ontem, às 7h30 já estava a postos, lendo documentos, para a entrevista que concedeu, às 8h, ao **Correio Braziliense**, à Radio Clube FM e à TV Brasília.

Confiante/ As fortes chuvas de ontem, em Brasília, obrigaram a primeira-dama Michelle Bolsonaro cancelar o evento Mulheres com Bolsonaro. Diante das dificuldades de agenda e viagens, a senadora eleita Damares Alves disse que o encontro será “depois da vitória”.

Enquanto isso, em Pernambuco.../ Na terra de Lula, onde o ex-presidente lidera com folga as pesquisas, a ordem é colar Raquel Lyra (PSDB) no colo de Bolsonaro. Aliados do PT fazem circular uma foto de Raquel ao lado do ex-ministro do Turismo Gilson Machado e a inscrição: “capitã do time Bolsonaro” e “Quem vota Lula, vota Marília” — numa referência à candidata do Solidariedade, Marília Arraes.

.. e na Bahia.../ A aposta é a de que, neste segundo turno, Bolsonaro conseguirá tirar uns pontinhos da larga diferença que Lula teve sobre ele no último dia 2. A conferir.



Presidente do TSE critica Bolsonaro ao afirmar que “todos os candidatos de boa fé sabem” que a Corte não tem responsabilidade de fiscalizar inserções nas rádios, como acusam assessores eleitorais do presidente

Moraes vê ação para tumultuar

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, disse, na sessão de ontem, que “todos os candidatos de boa fé sabem” que não é da Corte a responsabilidade pela fiscalização de inserções nas rádios durante a campanha. O comentário é uma crítica ao presidente Jair Bolsonaro (PL), cuja campanha tenta colocar na conta do TSE a atribuição de acompanhar as supostas não inserções de mais de 500 pequenos programas eleitorais de rádio, sobretudo no Nordeste.

“Não é responsabilidade do TSE fiscalizar transmissão de propagandas em rádios. Isso todos os partidos de boa fé sabem, todos os candidatos de boa fé sabem. Os spots são disponibilizados no TSE, essa é a função do TSE, para facilitar. Anteriormente, cada partido levava e disponibilizava o seu. Então, se fez um pool de emissoras e o TSE disponibiliza em seu site”, explicou. Ao negar a ação da campanha de Bolsonaro, na noite da última quarta-feira, contestando a atuação da Corte no acompanhamento da distribuição do material, Moraes apontou indício de “tumulto” por parte do comitê do presidente. E ainda determinou que o procurador-geral da República, Augusto Aras, instaurasse uma investigação sobre “possível cometimento de crime eleitoral” por parte da coligação.

O ministro aproveitou a última sessão antes do segundo turno da eleição para destacar o papel dos partidos no envio correto de material para as emissoras veiculares. “Aqueles que não o fizeram, não o fizeram assumindo um risco. A legislação prevê que uma vez verificada a

não inserção, a coligação aciona o TSE indicando, comprovadamente, qual é a emissora, qual foi o dia e o horário em que a inserção não foi feita”, observou.

Segundo Moraes, é processo é “simples, de dois em dois anos isso ocorre, eleições regionais, eleições gerais, sem que haja qualquer problema. Há toda uma disciplina legal e um procedimento realizado. Mas o importante é que não é função do TSE, que organizou esse pool exatamente para facilitar e somente disponibilizar no seu site”.

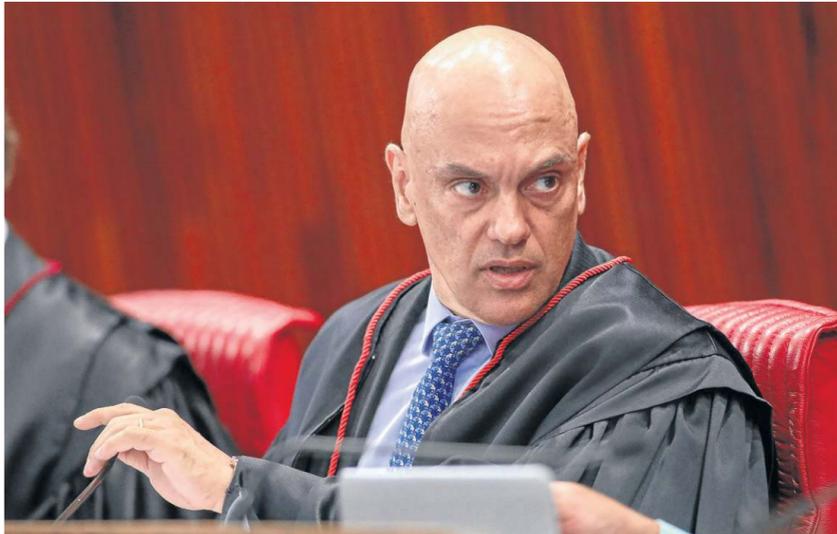
Em entrevista, ontem, à CNN, o coordenador de comunicação da campanha de Bolsonaro, Fabio Wajngarten, reconheceu que não é função do TSE fiscalizar as inserções. “Vou ressaltar aqui: não cabe ao TSE fiscalizar a veiculação de materiais. Concordo com isso, para ser super justo, super correto e para a audiência entender em casa. Cabe às respectivas campanhas”, assegurou.

Tranquilidade

Para o próximo domingo, Moraes voltou a pedir que o eleitor compareça às zonas de votação com tranquilidade e confiança. “Peço a todos os eleitores e eleitoras: assim como fizeram no primeiro turno, compareçam com tranquilidade, com paz, com segurança. Escolham seus candidatos com tranquilidade, escolham com liberdade”, disse.

O ministro fez, ainda, um apelo contra a abstenção — no primeiro turno, aproximadamente 32,7 milhões de eleitores não compareceram às urnas, o que representa em torno de 21% das pessoas aptas a votar no país. “O momento do voto é inviolável, é o eleitor com sua consciência. Compareçam, vamos diminuir essa abstenção, e o transporte público auxiliará”, observou.

LR Moreira/Secom/TSE



Moraes exortou o eleitor ir às urnas, domingo, para diminuir a abstenção registrada no 1º turno, de cerca de 21%

» Ex-servidor explica saída de comissão

O ex-servidor do Tribunal Superior Eleitoral Alexandre Gomes Machado remeteu nota, ontem, esclarecendo a reportagem do **Correio** sobre a saída da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação da Corte. Ele trava uma disputa judicial contra o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (Sindjus-DF) e considera que foi tirado arbitrariamente pela entidade de classe. “Sofri pressões para deixar a comissão mesmo com um mandato de dois anos. A ação existe apenas em decorrência da minha indevida substituição. É esse o objeto da ação”, observou.

Assédio eleitoral dispara e vai a 2.577%

Na reta final da campanha presidencial, casos de constrangimento para forçar eleitores a escolherem um ou outro candidato cresceram em todo o Brasil. Dados do Ministério Público do Trabalho apontam que somente as denúncias de assédio eleitoral contra trabalhadores da iniciativa privada e servidores aumentaram 2.577% entre o primeiro e o segundo turnos da eleição. O MPT afirmou que não classifica as denúncias de acordo com os partidos políticos.

O MPT recebeu, até agora, 1.633 denúncias de 1.284 empresas diferentes. Ao menos 1.572 delas ocorreram após o primeiro turno da eleição, no último

dia 2. O número é quase oito vezes maior do que os casos que chegaram ao ministério público ao longo de todo o período eleitoral de 2018, quando foram registrados 212 relatos.

A Procuradoria-Geral do Trabalho instalou um gabinete de crise para lidar com a demanda exacerbada de denúncias de assédio eleitoral. Segundo o procurador-geral José de Lima Ramos Pereira, o órgão tem reunido dados e divulgado duas vezes ao dia, para manter o panorama atualizado.

Para ele, o aumento exponencial na quantidade de denúncias de assédio eleitoral é fruto do acirramento no segundo turno. “Há uma banalização de ilícitos, com

empresários fazendo postagens em redes sociais, talvez pensando que o Estado não vai fazer nada”, disse Pereira.

Os casos do MPT são encaminhados, também, ao Ministério Público Eleitoral. Potenciais responsabilizações podem ocorrer mesmo depois do pleito. Na última quarta-feira, o senador Alexandre Silveira (PSD-MG) afirmou em plenário que os parlamentares já reuniram assinaturas para instaurar uma CPI para apurar abusos.

Para o cientista político da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Marco Antônio Teixeira, a coerção é um fenômeno antidemocrático, que viola o princípio da liberdade do voto e atenta contra

a democracia. “Isso representa uma forma de coação pelo poder econômico”, explicou.

Na última quarta-feira, o ruralista Adelar Eloi Lutz assinou um termo de ajustamento de conduta com o MPT no qual se compromete a pagar indenização de R\$ 150 mil por danos morais coletivos. Ele exigiu que funcionárias colocassem celular no sutiã para provar que iriam votar em Jair Bolsonaro (PL), no próximo domingo. Um dia após a abertura do inquérito, ele escreveu em redes sociais que se tratava de uma “brincadeira” e que não houve ameaça de demissão. O empresário não foi localizado.